



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA

MINUTA

ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às 10h, por meio de videoconferência, link <https://SUDENE-gov-br.zoom.us/j/87249323625>, sob a condução do Senhor **Daniel de Oliveira Duarte Ferreira**, Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento Regional e presidente suplente do Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL) e o Superintendente da SUDENE, General Carlos César Araújo Lima, que secretariou a reunião, se deu início a 28ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE ainda com as presenças dos membros Conselheiros, Excelentíssimos (as) Senhores (as): João Leão, Vice-Governador da Bahia; Isolda Cela, Vice-Governadora do Estado do Ceará; Jaqueline Moraes, Vice-Governadora do Espírito Santo; Antenor Roberto, Vice-Governador do Rio Grande do Norte; Bruno Ricardo Pena de Sousa, Conselheiro Suplente do Banco do Nordeste (BNB); Roberto Soares Pessoa, Conselho Titular da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Kelsor Gonçalves Fernandes, Conselheiro Suplente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Amaro Sales de Araújo, Conselheiro Suplente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Manoel Januário, Conselheiro Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Raimundo Nonato, Conselheiro Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); José Francisco de Almeida, Conselheiro Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); A Reunião contou também com a presença de diretores e assessores da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Ministério de Desenvolvimento Regional. Realizados os credenciamentos dos conselheiros, o Presidente do CONDEL, **Daniel Ferreira**, deu início à pauta da 28ª Reunião do conselho deliberativo da SUDENE. Passou a palavra ao senhor **General Carlos Araújo Lima** para iniciar a ordem do dia e leitura da ata da reunião anterior. O General prosseguiu informando que iria confirmar a presença de quem já estava virtualmente linkado, chamando pelo órgão e pediu que, em sequência, o seu conselheiro ou representante se apresentasse que fosse possível a confirmação efetiva dos presentes. Iniciou a chamada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e seguiu a chamada de todos os outros conselheiros. O General agradeceu a participação de todos e informou que todos os diretores que fazem parte do colegiado da Autarquia estavam presentes e que participariam efetivamente fazendo as suas proposições, explicando tecnicamente o significado de cada uma e tirando qualquer dúvida que pudesse surgir durante o evento. As apresentações foram iniciadas pela Verônica Sanchez, Secretária de Fomento em parceria com o setor privado do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e em sequência o Senhor Álvaro Duboc, Secretário de Planejamento do Espírito Santo e sua Subsecretária, informando que a Vice-Governadora **Jaqueline Moraes** entraria na videoconferência logo em seguida. O Vice-Governador do Rio Grande do Norte, **Antenor Roberto** informou que estava presente também o Secretário de planejamento do Estado. Em seguida falou o Senhor **Bruno Ricardo Pena de Sousa**, Conselheiro Suplente, representando o Banco do Nordeste e informou que estavam presentes também a Chefe de seu Gabinete, o Superintendente da área Henrique Tinoco e o diretor Reinaldo Rubens. Em seguida, apresentou-se o Senhor Roberto Soares Pessoa, Conselheiro Titular, representando a Confederação Nacional dos Municípios, depois o Senhor Carlos de Souza Andrade, conselheiro titular da Confederação Nacional no Comércio, Amaro Sales de Araújo Neto, Conselheiro Titular da Confederação Nacional da Indústria. Na sequência o Senhor José Francisco de Almeida, Conselheiro Titular representado a CONTAG. O Secretário Executivo do CONDEL registrou a presença da Vice-Governadora do Espírito Santo, Jaqueline Moraes. Nesse momento, o

superintendente da SUDENE realizou o cômputo dos presentes e informou ao Presidente do CONDEL que ainda não tinha o quórum suficiente, mas que se tinha a confirmação de que mais conselheiros entrariam no evento. O Presidente Daniel Ferreira salientou que havia uma falta deliberativa, no entanto sugeria que fossem iniciadas as apresentações gerais e quando da hora da pauta deliberativa voltaria a se ver a situação do quórum. O Secretário do CONDEL registrou a presença do Vice-Governador da Bahia, João Leão, juntamente com o seu Secretário de Planejamento. Em sequência o General Carlos Araújo Lima informou que a pauta tinha alguns itens fundamentais para serem discutidos no conselho e que antes de dar início com a apresentação da equipe do MDR, gostaria de fazer alguns registros autorizados pelo Ministério com relação a números de investimentos que foram feitos em 2021 pela SUDENE: “recursos empenhados no FNDE no ano de 2021, R\$ 881,5 milhões, liberações para projetos R\$ 552,40 milhões. 34 projetos implantados ao valor de R\$ 4,49 bilhões. 15 projetos em implantação, R\$ 5,60 bilhões e 01 (um) projeto em contratação de R\$ 274,18 milhões. Aplicações do FNE o Fundo Constitucional até outubro 21,2 bilhões nas áreas de agricultura, infraestrutura, comércio e serviços. A área de incentivos fiscais foram aprovados 308 pleitos de incentivos fiscais em 2021 até o momento, com investimentos registrados da ordem de R\$ 17,99 bilhões. Para o ano de 2022, o orçamento do fundo constitucional é de R\$ 26,6 bilhões. O orçamento do Fundo de Desenvolvimento, FDNE é de R\$ 776 milhões mais R\$157 mil, com o total de R\$ 883 milhões. Tem um orçamento em P&D para 2022 de R\$ 25,82 milhões em caixa, além de R\$ 6,08 milhões novos recursos ao longo de 2022”. Complementou dizendo que fez questão de pedir ao MDR para fazer esses registros porque para o ano de 2022 pretendia intensificar o número de reuniões do conselho deliberativo com o objetivo de permitir e proporcionar aos governos de estado e às organizações, de fazerem estudos e discutirem e, inclusive, reavaliarem algumas aplicações desses recursos ao longo do ano, visto que a conjuntura poderá sofrer modificações e conduzir a orientação dos trabalhos para algumas aplicações específicas. Em seguida passou a palavra para o Ministério para apresentação sobre os avanços para a gestão e aplicação dos recursos dos fundos constitucionais, e outras ações implementadas ao longo do exercício de 2021. A Secretária de Fomento em parceria com o setor privado, Verônica Sanchez, cumprimentou a todos da SUDENE, aos Vice-governadores presentes e os representantes das entidades representativas dos Trabalhadores, dos Empresários e de Prefeitos e o Secretário Executivo, Presidente do CONDEL, Daniel Ferreira. Disse que gostaria de apresentar rapidamente, algumas medidas que o MDR tem tomado no ano de 2021 com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos dos fundos vinculados à Pasta. Falou que achava relevante informar a todos os conselheiros sobre essas medidas e que, a título de elucidação do que tem sido feito no ano de 2021, no que se refere aos fundos vinculados ao Ministério, hoje o MDR conta com 10 fundos vinculados a esta pasta e que no ano de 2021 por meio de três alterações legais, três medidas provisórias convertidas em lei e sancionadas pelo Presidente da República foram tomadas um conjunto de medidas para aprimoramento dos fundos. Complementou que gostaria de compartilhar com os senhores a Lei n.º 14165 decorrente da Medida Provisória 1017, que tratou de um pleito histórico do setor produtivo no que se referia a possibilidade de renegociação das dívidas do FINOR que agora já está em fase de implementação pelos bancos operadores dos fundos de investimentos, tanto FINAM quanto FINOR, o Basa e o BNB, respectivamente. Explicou que as medidas apontadas pela legislação foram regulamentadas no âmbito do Ministério por meio da Portaria n.º 2389, que está exemplificada também e que, além disso, foram tomadas um conjunto de medidas no sentido de permitir também a renegociação das dívidas dos fundos constitucionais por meio da Medida Provisória n.º 1016 transformada na Lei n.º 14.166 que também, agora recentemente, foi regulamentada por meio do Decreto n.º 10.836 e que hoje, também, já está em fase de implementação pelos bancos tanto da Amazônia quanto do Nordeste, no caso dessa medida provisória, o Banco do Brasil também. Esclareceu que, além do mencionado, pela Medida Provisória n.º 1052, também convertida na Lei n.º 14.227, foram feitas alterações relacionadas aos fundos constitucionais com o objetivo de melhorar a alocação dos recursos dos fundos e fora criado, também, o novo Fundo de Desenvolvimento Regional Sustentável, que permitirá que os estados e os municípios acessem os recursos desse fundo para estruturar projetos de concessões e parcerias com o setor privado. Complementou que a Lei decorrente da Medida Provisória n.º 10.017 autorizou a renegociação do FINOR e do FINAM, já em fase de implementação para os bancos. Disse, que no caso dos fundos constitucionais a Medida Provisória n.º 10016 permitiu a renegociação dos fundos constitucionais que, salvo engano, eram dívidas em torno de 500 mil pessoas físicas e jurídicas, que tinham recursos dos fundos constitucionais e que precisavam fazer a renegociação sendo que 90% deles, tinham dívidas, abaixo de R\$ 100 mil reais e essas condições de negociação foram regulamentadas

por decreto e agora estão em fase de implementação pelos bancos, no caso da região Nordeste pelo Banco do Nordeste. Continuou explicando: “ Além disso, a sanção da Lei n.º 14.227 como eu mencionei, as medidas de otimização da alocação dos recursos dos fundos permitiram três grandes alterações na gestão: primeiro, ampliação do acesso ao crédito por meio da possibilidade de que os bancos operadores acessem fundos garantidores e com isso aquelas pessoas físicas, jurídicas e pessoas físicas, principalmente que não tem condições de apresentar garantias, possam também acessar o crédito dos fundos constitucionais por meio dos fundos garantidores. Uma segunda medida se refere às melhorias de taxas de financiamento para o setor empresarial, ou o setor, não rural, no sentido de ter linhas de crédito de taxas de juros pré-fixadas que permitem maior previsibilidade no acesso aos recursos por meio dos usuários. A proposta com a definição das taxas será enviada ao Conselho Monetário Nacional até o dia 15 de dezembro e que está em fase agora do recebimento de contribuições tanto dos bancos, quanto das superintendências e dos agentes do setor. E uma terceira medida exatamente a portaria que regulamentou a Lei, a Portaria n.º 13025, que trata das regras de repasse dos recursos para outros operadores, para outras instituições financeiras”. Explicou que a última medida se refere à questão da redução do custo operacional dos fundos com o objetivo de aumentar a disponibilidade de recursos para os financiamentos concedidos no âmbito dos fundos e que foi feita alteração na legislação que definia não apenas o porte, mas também a alocação de risco dos recursos dos fundos por meio de novas partes e com isso tem novas condições que estão nesse momento sendo profissionalizadas pelos bancos. Encerrou informando que, por último, gostaria de apresentar aos presentes o novo desenvolvimento sustentável que hoje conta com recursos da ordem de 750 milhões de reais para estruturar projetos de concessões e parcerias com o setor privado. Explicou que a atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, em grande parte, diz respeito a políticas que são de titularidade dos estados e dos municípios brasileiros, como é o caso do saneamento básico, da mobilidade urbana, da iluminação pública e que a carteira do Ministério do Desenvolvimento Regional é uma carteira potencial da ordem de R\$ 1 trilhão de reais para a estruturação regional. Complementou que esse novo Fundo é de máxima importância para que se possa transformar as ideias em projetos e que possam ser concedidos ou feitas parcerias com o setor privado, com o objetivo de ter mais investimentos em infraestrutura nessas áreas. Concluiu dizendo que algumas das prioridades dos fundos, além da prioridade nas três regiões prioritárias para o desenvolvimento, é que esses recursos também poderão ser utilizados para contrapartida pública das PPPs, parcerias públicas privadas e que é uma nova possibilidade que se abre para os estados que estão presentes na reunião, bem como para os municípios representados pela Confederação Nacional dos Municípios que poderão fazer uso desses recursos também. O Presidente, Daniel Ferreira, agradeceu a sua participação e dirigiu-se ao General, superintendente e secretário executivo do CONDEL, para confirmar o quórum necessário. O General Araújo Lima informou que iniciaria os assuntos em pauta constante da ordem do dia e que todos os assuntos foram debatidos, previamente, durante a reunião do comitê técnico no último dia 9 de dezembro. Lembrou que alguns itens foram na ocasião muito bem recebidos, outros nem tanto, e por conta disso antes de passar para a votação propriamente dita os itens e a apresentação feita no dia 9 seriam repassados de forma rápida pelos técnicos da Autarquia. Antes de iniciar a leitura da pauta o Secretário fez a chamada de todos os participantes para confirmação do quórum. O Vice-Governador da Bahia justificou o atraso em virtude de estar participando de outra reunião para discussão de medidas urgentes diante das fortes chuvas no Estado. O Secretário disse lamentar o ocorrido, mas que tinha certeza que tudo está sendo feito para minimizar o sofrimento dos companheiros do Estado. Dirigiu-se ao Presidente da sessão para informar que 13 conselheiros estavam participando, de forma que foi atingido o quórum necessário para iniciar a pauta do dia. O Presidente, Daniel Ferreira, iniciou de imediato a ordem do dia com o primeiro item, que foi a aprovação da ata da vigésima sétima reunião do CONDEL, realizada em 09 de dezembro de 2020. Ratificou que a ata foi circulada também na reunião do Comitê Técnico, como informou o general, de forma que seria dispensada a leitura caso haja a concordância dos conselheiros. Não houve oposição e foi colocada a aprovação da ata em votação. O Presidente sugeriu que os conselheiros se mantivessem em silêncio em caso de aprovação dos itens, como forma de contabilizar os votos de forma mais ágil. Todos se mantiveram em silêncio e ficou aprovada a ata da 27ª. Reunião do CONDEL. Em continuidade passou para votação do item dois, Resolução nº144 que aprovou, *ad referendum*, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para o exercício de 2021. O Presidente passou a palavra ao Secretário para fazer algumas considerações que iniciou dizendo que os itens dois, três e quatro, serão votados em bloco, que são as resoluções que foram aprovadas, *ad*

referendum, e que já foram tratadas na reunião do Comitê Técnico. Prosseguiu dizendo que caso não haja nenhuma observação por parte dos participantes gostaria de sugerir a todos os conselheiros a votação em bloco das resoluções constantes desses itens. O Presidente, Daniel Ferreira, disse que da sua parte não tinha problema e que se os conselheiros estivessem de acordo o General faria um resumo das resoluções e o conselho deliberaria em bloco. O General complementou que a aprovação do item dois, aprovação da Resolução n.º 144, de 9 de agosto de 2021, aprovou na forma *de ad referendum*, a revisão das diretrizes e prioridades que deverão nortear a proposta de aplicação dos recursos do FNE, para o exercício de 2021. Disse que o item três é aprovação da Resolução n.º 145, de 9 de agosto de 2021, que aprovou na forma *de ad referendum*, as diretrizes e prioridades do FNE, para o exercício de 2022. E o item quatro aprovação da Resolução n.º 146, de 9 de agosto de 2021, que aprovou na forma *de ad referendum*, relatório de avaliação dos resultados e impactos do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, no exercício de 2020. Explicou que esses eram os três itens que a SUDENE propõe que sejam votados em bloco. O Presidente colocou os itens em discussão. O Vice-Governador da Bahia, João Leão, falou que, em primeiro lugar gostaria de dar as boas-vindas ao General Araújo Lima, o novo Superintendente da SUDENE e dizer que a Resolução do item dois incorporou a reivindicação do sindicato da indústria do açúcar e do álcool que pleiteou a inclusão da produção de açúcar e de álcool e da energia elétrica a partir do bagaço de cana e que a iniciativa recebeu o apoio dos estados do Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe. Finalizou sua fala parabenizando a todos e dizendo que aprovava os três itens. Em seguida o Deputado Júlio Cesar falou que queria comunicar a todos que iriam apreciar os vetos da Lei n.º 14.166, que é de refinanciamento dos fundos constitucionais, ou seja, são os débitos que foram contratados há sete anos, nas três regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste e que os vetos são textos mais importantes de serem transformados na Lei 14.166. Disse que tinham um acordo e que passaram a semana anterior negociando com o Governo, com o Ministério da Economia, que tinha uma grande resistência, mas que conseguiram concordância com o Ministério da Economia, para que pudessem derrubar a unanimidade do veto, que são 28. Complementou que, também, a Lei 14.165 que foi também negociada que é do FINOR e do FINAM, e esta foi sancionada sem veto e o banco está providenciando a renegociação. Concluiu que “nessa semana deverão apreciar e derrubar todos os vetos da Lei n.º 14166.” O General agradeceu ao Deputado e, o Presidente da sessão, após agradecer a participação do Deputado, passou os três itens para votação falando que se ninguém tivesse objeção que permanecesse como se encontrava. Os itens foram aprovados, em bloco. O General passou para o item cinco sobre a aprovação da Proposição n.º 148, de 2021, referente à programação de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE, para o exercício de 2022. Esclareceu ser muito importante que nas próximas reuniões do CONDEL possam sempre tratar dessa proposição e de possíveis modificações que o CONDEL venha a analisar e chegar à conclusão de que seria interessante modificar. Passou a palavra ao diretor Raimundo Gomes de Matos para fazer abordagem da proposição que iniciou mencionando a satisfação de participar de mais um CONDEL e que esse assunto foi trazido pela diretoria do Nordeste, nos eixos junto ao Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste (PRDNE) fazendo a priorização na parte da inovação tecnológica, na parte também de todas as cadeias produtivas que podem fazer com que, através do FNE, que será cerca de R\$ 26 bilhões de reais, possam diminuir as desigualdades regionais e intrarregionais. Mencionou que há uma preocupação de se fortalecerem, dentro dos polos de desenvolvimento, a cadeia produtiva dentro de cada área e que o Ministro Rogério Marinho tem pedido a SUDENE, dando sequência ao trabalho do senhor Evaldo que era o Superintendente anterior e agora o General Araújo vem fazendo com que a SUDENE possa fortalecer o diálogo com o Banco do Nordeste a fim de fazer a utilização desses R\$ 26 bilhões e, efetivamente, fazer a mudança no perfil socioeconômico do Nordeste brasileiro. Passou a palavra ao Coordenador geral dos Fundos da SUDENE, Breno Araújo, que cumprimentou a todos e disse que recebeu do Banco do Nordeste, ao longo do mês de setembro e outubro, essa proposta de definição da programação de aplicação dos recursos do FNE para o próximo ano. Complementou que tem no orçamento de R\$ 26,6 bilhões previstos pelo Banco do Nordeste e que a SUDENE está recomendando que 53% desses recursos sejam destinados aos empreendimentos de menores portes, o que equivale a mais de R\$ 14 bilhões e que é, também, o público alvo do FNE. Explicou que estavam recomendando que 5% desse orçamento passassem a ser aplicado em cada um dos estados, com exceção do estado do Espírito Santo, e que fossem destinados também, 133 milhões de reais para que fossem repassados às outras instituições financeiras. Finalizou que fizeram essas recomendações e o Banco do Nordeste teria agora que apresentar novas planilhas de aplicação de recursos, por estado, com as novas determinações que foram recomendadas pela área técnica da SUDENE e do MDR, no Parecer

Técnico Conjunto nº 4. O Secretário informou ao Presidente que eram essas considerações técnicas que tinham a fazer. O Presidente, Daniel Ferreira, agradeceu e colocou em discussão o item número cinco, Proposição n.º 148 que é a programação do FNE para o exercício de 2022. O Senhor Álvaro Duboc questionou o porquê da exceção para o estado do Espírito Santo, dizendo não saber por não ter participado da reunião do Comitê Técnico. O General Araújo Lima explicou que a proposta apresentada anteriormente tinha uns valores definidos a menores, explicou que: “em diálogo com o Banco do Nordeste, que também apresentou as justificativas e nós também buscamos as propostas do estado, e dos setores produtivos do Espírito Santo para contemplar e ter acesso a esse custo”. Disse que a outra observação é que há poucos meses o Congresso Nacional aprovou a inclusão de mais oitenta municípios na área de atuação da SUDENE, justamente em Minas Gerais e que essa repactuação prevê também esse acréscimo de Minas Gerais e pode até se observar um diferencial dos valores do Espírito Santo, de Minas Gerais, Alagoas e alguns outros municípios que nos anos anteriores não apresentaram uma carteira de projetos para garantir esses investimentos. Complementou que se observa que houve nova repactuação e que, com certeza, o Banco do Nordeste vai fazer a exposição em relação aos percentuais mencionados. O Senhor Daniel Ferreira passou a palavra ao BNB, que iniciou apresentando cumprimentos a todos os conselheiros e disse que, com relação ao Estado do Espírito Santo, lembrou que se trata de piso e que, se tiver demanda, há possibilidade de se estender o percentual e também, que o banco considera o histórico de aplicações no estado nos últimos exercícios. Reforçou que é apenas piso e que, poderá, se tiver projeto, avançar nesse percentual. Adiantou que, com relação à proposta na íntegra em si, serão grandes desafios e que o Banco do Nordeste abraça esses desafios, mas que irão precisar do apoio dos estados para construir em conjunto o alcance do orçamento, juntamente com as federações, os governos estaduais, o próprio MDR, SUDENE e o banco que já se coloca à disposição para promover junto com os estados atração de investimentos, especialmente nos estados onde tem um menor percentual de aplicação, como Alagoas, Sergipe e Minas Gerais. Complementou que podem certamente contribuir através dessa promoção e que acredita que nesse começo do ano irá trabalhar com os estados para que os projetos aconteçam e que possam cumprir a programação. Finalizou dizendo que o Banco estimula a proposição e abraça o desafio juntamente com o MDR, a SUDENE, as federações e governos dos estados. O General Araújo Lima pediu autorização ao Presidente da sessão para fazer um adendo a tudo que foi apresentado tanto pela área de planejamento da SUDENE como pelo Banco do Nordeste. Lembrou que a intenção é fazer, no mínimo, quatro reuniões de CONDEL ao longo de 2022, o que possibilitará fazer qualquer alteração técnica para aprovação no CONDEL. Disse que falou isso para tranquilizar o pessoal do Espírito Santo e que, se o Estado se mostrar capaz de superar os índices do piso, isso poderá perfeitamente ser alterado na próxima reunião do CONDEL. Concluiu dirigindo-se a equipe do Espírito Santo, à Vice-Governadora, presente na reunião, dizendo que se trata de um programa e que é um planejamento que poderá sofrer modificações. A Vice-Governadora do Espírito Santo, Jaqueline Moraes, acrescentou que se sente bastante desconfortável em votar a favor de algo que só deixa o seu Estado de fora. Complementou que, por mais que tenham poucos municípios como foi colocado, e apesar de ser piso, isso traz um desconforto para que possa votar a matéria com essa exceção. O General Araújo Lima disse entender. O Diretor Raimundo Gomes de Matos, da SUDENE, dirigindo-se à Vice-Governadora disse que foi aberto um diálogo com a equipe do governo estadual em períodos anteriores como também com o prefeito de Colatina e São Mateus e que dentro do planejamento do plano regional, esses dois municípios passam a ser os municípios polo para que possam implementar esse programa através do FNE, via Banco do Nordeste, como no próprio FDNE, através da SUDENE. Explicou que há um déficit dos planos de desenvolvimento regionais dos municípios tanto de Colatina como o de São Mateus e que as vezes há um diferencial na hora de ter esse planejamento que, apesar de ser feito o planejamento pelo Estado, a ação é do município, o que torna o plano regional de desenvolvimento nos municípios a porta de entrada para os investimentos. Concluiu dizendo que a missão do General, superintendente da SUDENE, é sistematizar de três em três meses ou de quatro em quatro meses as reuniões do CONDEL, refazer o diálogo e a reprogramação e que há poucos meses o Banco do Nordeste esteve reprogramando suas aplicações para a área do turismo, de energia solar, de energia eólica, do agronegócio em virtude dos outros eixos não terem sido apresentadas propostas condizentes com o que foi planejado anteriormente. Complementou que o planejamento é dinâmico e por isso fazia essa observação e pedia a compreensão da Vice-Governadora no sentido de acatar o que o General solicitou para que possam dialogar e avaliar essas aplicações periodicamente. O General concedeu a palavra ao Senhor Álvaro Duboc, Secretário de Planejamento do Espírito Santo que mencionou que na reunião do ano passado

houve a apresentação do conjunto de projetos com algumas diretrizes, os projetos que envolvem municípios vizinhos a mais de um estado e que o Estado não recebeu um retorno, um feedback sobre a sua inserção dentro da carteira ou não. O General Araújo Lima passou a palavra para o Renato de Arruda Vaz, que é o coordenador do plano regional que explicou que foi recebida a carteira de projetos de todos os estados da SUDENE, inclusive do Espírito Santo e esses projetos foram incluídos no escopo do plano regional de desenvolvimento do Nordeste. Enfatizou que eles estão incluídos e que foi levado em consideração na hora de elaborar, de estabelecer prioridades do FNE nos projetos. O Diretor de planejamento complementou que os projetos a serem apresentados ao FNE e ao FDNE são frutos de pactuações da iniciativa privada e que alguns projetos chegam para financiar obra pública e que não é a fonte do FNE e nem do FDNE. Explicou que no momento em que houver a pactuação também do Congresso Nacional e fizer o fundo de desenvolvimento sustentável, todos os eixos poderão acessar esses novos fundos, que são R\$ 700 milhões de reais para elaborar o projeto em si. Continuou a sua fala dizendo: “que o projeto em si, a instância governamental, a iniciativa privada vai buscar trazer a proposta aqui para o Banco do Nordeste, via FNE, e para cá via FDNE. Então, quando foi feito diálogo do plano regional, vários estados, várias regiões apresentaram suas demandas. E com certeza essas demandas do Espírito Santo são obras do governo, são obras públicas que não é fonte de financiamento nem do FNE e nem do FDNE”. Explicou que quando o Ministro Rogério Marinho criou esse novo fundo foi na visão de se ter fundos estruturantes para a área de governos estaduais e para governos municipais e que, inclusive, estava presente na reunião o representante, Roberto Pessoa, da Confederação Nacional dos Municípios, que administra um município do Estado do Ceará, Maracanaú, que está buscando justamente essa parceria PPP, através dessas concessões e já esse recurso do fundo, para dar sustentabilidade a esse projeto que ele irá apresentar. O General Araújo Lima passou a palavra ao Vice-Governador da Bahia, João Leão, que dirigindo-se à Vice-Governadora do Espírito Santo explicou que achava que a situação estava muito fácil de ser resolvida e que bastava tirar a palavra “excluindo” e colocar “incluindo o Espírito Santo” com percentual de “x” e que em função da demanda esse percentual poderá ser aumentado. “A proposta foi feita” disse o General Araújo Lima. Em continuidade o Vice-Governador João Leão disse que se mudasse a descritiva, contemplaria o Espírito Santo. O General Araújo Lima disse que precisaria passar a palavra de volta para o BNB, mas que antes gostaria de lembrar que voltando para os cinco pontos percentuais teriam que modificar os percentuais de todos os outros estados e que não há problema nenhum, mas que, com isso, estaria criando expectativas que, tecnicamente assessorados pelo Banco do Nordeste, já se anteviu que não seria possível pela previsibilidade técnica apresentada pelo BNB. O Presidente Daniel Ferreira disse que iria passar a palavra para o Henrique Tinoco, novamente, que é o Superintendente da área de política para poder ajudar na discussão. O Superintendente Henrique cumprimentou a todos e dirigindo-se à Vice-Governadora do Espírito Santo explicou que o tema sempre leva à discussão, principalmente quando vai se fazer os orçamentos em nível dos estados e que acha que é mais do que legítima a preocupação da Vice-Governadora. Complementou que fica feliz que o Espírito Santo tenha crescido de forma significativa a sua área, a sua parte de atuação com o apoio do BNB. Saudou a sabedoria do Vice-governador João Leão e disse que se o general e o secretário executivo concordarem, podem ajustar na lógica de inclusão, até porque não podem esquecer que tanto o Espírito Santo como Minas Gerais têm uma participação relativa, explicou que: “a lógica dos 5%, digamos assim, nós não teríamos dúvidas de abraçar em uma lógica de todo o espaço do estado estar presente. E aí de um lado a gente tem uma participação de um pedaço do território, do outro lado a gente tem um comportamento histórico das aplicações, e nós todos devemos ter o cuidado de não tornar, esterilizar os nossos recursos dos fundos.” Explicou que o banco tem um papel importante e que a cada trimestre vão observando como os estados vão se situando e assim vão fazendo alocações dentro do espaço que a programação permite e que é por esse motivo que o diretor do BNB falou que era piso, pois nos estados menores, independe do valor que está colocado no orçamento, disse que, usando a imaginação, sendo o valor de R\$ 400 milhões para o Espírito Santo para 2022 que já representa 22% sobre o que fizeram em 2021, mas que independente desse número, se chegarem demandas de projetos de 400, 450 e de 500 eles têm a responsabilidade de priorizar os estados menores. Chamou a atenção para a fala do General dizendo que ele comentou bem a responsabilidade que todos que fazem a ação de desenvolvimento têm de minimizar os efeitos da concentração e resumiu dizendo que mesmo Bahia, Ceará e Pernambuco sendo as economias mais dinâmicas os percentuais alocados são olhados sob o teto e não com o olhar de ultrapassar os números pois isso, no extremo, geraria uma maior concentração. Quanto aos estados menores, Alagoas, Sergipe, Paraíba, o norte de Minas e o norte do Espírito Santo disse que têm a

sensibilidade de que ali são pisos baseados no que fizeram no ano anterior para não se colocar um orçamento gigante e ficar na espera de projetos. Explicou que quando falta dois ou três meses para o ano acabar, gera um corre-corre para se tentar alocar os recursos em outros estados e que essa é a maior responsabilidade de todas as unidades e o que não pode é faltar recursos aos projetos e nem pode sobrar dinheiro no caixa do fundo constitucional. Falou que tudo pode ser verificado nas prestações de contas dos últimos três anos e que nas demonstrações, as disponibilidades que estão nos balanços do banco, são disponibilidades de comprometimento, ou seja, são recursos que estão já contratados e que só estão ali como disponíveis porque deverão ser desembolsados em três, quatro, seis, doze meses. Disse que queria contar com a acessibilidade e a compreensão da Vice-Governadora e que isso era válido também para Minas Gerais, Alagoas e Sergipe pois, eles têm responsabilidade nesses estados por serem estados, de menor porte e que precisam dessa ação de governo, dessa ação de desenvolvimento para dinamizar suas economias, e que isso, em hipótese nenhuma, significa restrição de recurso ou restrição de acesso ao crédito e que é muito mais o gerenciamento em nome de uma alocação plena desses recursos com o compromisso de todos, SUDENE, MDR e BNB de não faltar recurso para os projetos que forem apresentados. Concluiu informando que dizem isso porque sabem que podem ser cobrados e que prestam contas todos os anos. A Vice-Governadora do Espírito Santo pediu a palavra para a Senhora Joseane que explicou que era da Secretaria de Economia e Planejamento, na época em 2019, 2020 e que ela mesma elaborou a planilha e em conversa com o senhor Renato de Arruda Vaz, em nenhum momento foi nos dito que eram apenas projetos privados. Disse que têm no seu Estado, inclusive uma carteira que foi gerenciada junto com a secretaria de desenvolvimento do estado, projetos privados e que constam da lista encaminhada, inclusive PPPs, outros projetos, estradas, e que tem projetos privados, mas a maioria são públicos com certeza. Falou que gostaria de entender um pouco melhor como foi a seleção e ter clareza das informações. Complementou que se tivessem solicitado que fossem apenas projetos privados de interesse do banco, com certeza também teriam apresentado nesse escopo. O General Araújo Lima agradeceu à Secretária pelas observações e disse que o canal com o Senhor Renato está aberto para que possa tirar todas as dúvidas, mas que queria sugerir que olhassem agora de hoje para frente e lembrou que estão tratando da aplicação em 2022. Disse que concorda que pode ter havido alguma dificuldade de comunicação, mas que o Renato vai procurar o contato com a Secretária de Planejamento do ES, Joseane, e vai apresentar detalhes sobre todas as questões. Falou que era preciso esclarecer que não estão cerceando o acesso do Estado do Espírito Santo como um todo e lembrou que são alguns municípios que, inicialmente, estão tendo acesso a esse fundo enquanto que tem estados que estão integralmente apoiados pela SUDENE. Pediu que levassem em consideração essa proporcionalidade e que está fazendo todas essas observações com o intuito de corroborar com as explicações apresentadas pelo BNB que foi quem fez a proposição e que entendemos, com base no que foi explicado tecnicamente pelo BNB, que estava coerente com as observações, os resultados, os projetos e que, se na época entraram projetos privados e públicos ao mesmo tempo, só foram considerados os privados e que, com isso se tem condições de retificar no próximo CONDEL. O Presidente Daniel Ferreira acrescentou que da fala do BNB entendeu que o Espírito Santo já teve até um acréscimo em 2020 e que essa Proposição reflete o histórico da oferta e demanda de projetos e propostas e que, independente da possibilidade ou não de alterar a redação como foi sugerido pelo Vice-Governador da Bahia, que o BNB até abriu possibilidade na reunião de ver se é realmente possível e em que termos seriam. Finalizou dizendo que ainda que tenham um lapso de tempo, acha que também pode ficar o compromisso do MDR de que caso haja demanda do Estado do Espírito Santo superior ao recurso alocado e caso não haja um CONDEL muito próximo, que seja feita uma Resolução *ad referendum* e traga para o CONDEL deliberar depois. O Secretário Executivo do CONDEL, General Araújo Lima, disse que estava perfeita a sugestão. A Vice-Governadora Jaqueline disse que gostaria de fazer um pedido ao General e ao Conselho para que reavaliassem a questão da palavra exceto. Disse que além da questão de português, como mencionada pelo vice da Bahia, tem a questão dos 22% que pelo que entendeu não foi de acréscimo, foi mediante as aplicações que o Estado teve que ocasionou o acréscimo agora de três municípios que entraram também na SUDENE. Indagou que “como mantém três municípios a mais, tem dois que foram colocados na reunião, Colatina e São Mateus, que estão discutindo como polo e o Estado fica com essa palavra de piso, de exceto Espírito Santo.” Pediu que se puderem considerar, teriam a votação e que, caso não seja possível, vai ter que passar para a equipe de planejamento para poder repensar e vai se abster da votação. Disse que tem os cinco por cento de piso e que tem interesse imenso em trabalhar juntos como já tem trabalhado. Complementou “que o Espírito Santo no seu planejamento do desenvolvimento

regional do estado verificou-se que teve um grande crescimento por conta dessa participação e dessa parceria muito forte com BNB, mas que é preciso preservar essa relação como foi colocado pelo General”. Finalizou dizendo que se não for possível acertar o texto da redação irá se abster do voto e que depois abre o canal de conversa como proposto pelo General. O General Araújo Lima disse que por ele não há problema de retificar a redação, mas que gostaria de ouvir a presidência e evidentemente qualquer decisão que se leve nessa direção de mudança da redação alinhados. O Presidente, Daniel Ferreira, disse que por uma questão de ordem, se for alterar a redação, seria importante o BNB, que fez a proposição, dizer como ficaria a redação para que fosse colocada já com a redação alterada para votação ou prosseguiria com a redação original tendo a abstenção do Governo do Estado do Espírito Santo. O Secretário Geral do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Carlos Alexandre, disse que queria fazer uma consideração do mesmo jeito do Espírito Santo, que teve o acréscimo de três municípios e Minas Gerais teve o acréscimo de 78 municípios na área mineira da SUDENE. Complementou que se for olhar com base no ano anterior, os 78 municípios não serão considerados porque os investimentos serão novos investimentos. Pediu que, em relação a Minas Gerais, levassem isso em consideração. O Presidente, Daniel Ferreira, agradeceu e passou a palavra ao BNB que iniciou dizendo que tinha uma informação à Vice-Governadora: “a quantidade de municípios do estado atendidos são 31 e em relação à quantidade, 2074 nós temos aí um percentual de 1.49%, diferente de outros estados onde você tem colocação de recurso em praticamente todos os municípios, a gente tem essa questão aí dessa limitação do quantitativo, quer dizer, o orçamento em tese estaria aderente com a quantidade de municípios também, o percentual de 1,5% que dá exatamente isso, fora o histórico de aplicações, mais uma vez como a gente comentou e reforçou, é apenas um piso e que eu acho que talvez a redação aí a gente ajusta, mas também se aparecer novos projetos a gente certamente faria todo o esforço para atender.” Passou a palavra ao superintendente da área, Henrique Tinoco do BNB que disse que “era relevante e que não podiam perder de vista essa lógica da natureza parcial da quantidade do espaço ocupado e que Minas Gerais, de forma legítima, também poderia, nessa lógica, ter os mesmos 5% e aí se começaria cada vez mais a se preocupar mais em o orçamento, quando, na verdade, precisa-se mais é de efetividade aos negócios, às operações e aos projetos”. Reiterou que não existe a possibilidade de deixarem de atender as demandas dos estados que chegarem e dessa forma é importante ter compreensão. Enfatizou que estão falando de projetos privados e que as operações de natureza pública, é no outro fundo que o Secretário Executivo do MDR e o General comentaram que ainda está em gestação e vai poder também abrir a agenda da discussão. Explicou que estavam falando de projetos privados e que sendo assim é preciso que cheguem projetos robustos e em condições de viabilidade, com garantias, com soluções, com desenho de forma adequada. Continuou que não basta colocar o número na planilha tem que apresentar efetivamente os projetos e que não seria muito responsável da parte deles olhar o comportamento de um projeto aos longos dos últimos três anos e de repente dizer que eram trezentos e agora passou para setecentos, setecentos e cinquenta ou oitocentos, pois isso acarretaria em uma ineficiência nos recursos que estão parados e que, não alocados, só irão poder trabalhar com ele um pouco mais na frente. Finalizou dizendo que é um desafio para o banco, mas acho que o BNB vem fazendo uma expertise boa e vem trabalhando bem, pois tem conseguido de forma bastante razoável cumprir as metas e trabalhando com essa questão dos fundos prioritários e que certamente não vai ser diferente. Disse que, em relação ao texto, embora não seja exatamente o texto que foi mandado na programação, pois teve um ajuste em função da nova técnica da SUDENE e do MDR que foi feita conjunta, não tem nenhum problema e nenhuma restrição em realizar o ajuste da redação para uma natureza mais inclusiva, mas que é realmente necessário fazer a defesa dos números como estão sendo colocados em nome da eficiência de gestão do orçamento sem prejuízo, sem caracterizar restrição ao acesso tanto de Minas Gerais quanto o Estado do Espírito Santo. O General Araújo Lima disse que gostaria que a Vice-Governadora do Espírito Santo fizesse seu registro final para que pudessem partir para os próximos itens. A Vice-Governadora Jaqueline Moraes, disse que se mantiver o exceto Espírito Santo vai se abster da votação e que a sua proposta é que não fizesse a exceção ao Espírito Santo. O General Araújo Lima disse ao Secretário que poderia partir para a votação e para a próxima etapa. O Presidente, Daniel Ferreira, disse que iria registrar a abstenção do Governo do Estado do Espírito Santo e pediu aos demais que caso estivessem favoráveis permanecessem em silêncio. Informou que foi aprovado o item seis. O General Araújo Lima seguiu anunciando a aprovação da Proposição número 149/2021, que trata das diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, FDNE, no exercício de 2022. Passou a palavra para o diretor Raimundo Gomes de Matos da área de que planejamento para tratar da

proposição que iniciou sua fala ratificando a colocação do superintendente e enfatizou que o Fundo tem uma carteira de 30 projetos ainda para 2021 e que no ano de 2022 e será apresentado por meio da interlocução da SUDENE com o Ministro Rogério Marinho, com o Ministro Bento Albuquerque, com a Ministra Tereza, com o Ministro Gilson do Turismo, que poderão, também via FDNE, absorver esses projetos. Explicou que para o FDNE, normalmente, são projetos de musculatura maior, de R\$100 milhões, R\$200 milhões, R\$300 milhões e que são projetos estruturantes com volumes bem mais significativos. Deixou claro que o Banco do Nordeste por meio do FNE, também absorve iniciativas dessa magnitude, mas que às vezes um projeto do turismo de cerca de 10 milhões, de 15 milhões, de 5 milhões é mais viável pelo FNE. Disse que as propostas são analisadas pela área técnica da SUDENE e depois submetidas ao Conselho na reunião deliberativa e que a empresa apresenta a carta consulta que será analisada e, em sendo aprovada, será dado um documento que é justamente um documento de crédito para que a empresa possa ir ao Banco do Nordeste, à Caixa Econômica ou ao Banco do Brasil para implementar o seu investimento. Explicou que no FDNE existe essa flexibilidade da unidade financeira poder ser, além do Banco do Nordeste, outras instituições oficiais e que a linha de crédito, praticamente, o Conselho Monetário Nacional é quem normatiza a aplicação dos recursos. Neste momento o diretor passou a palavra ao Coordenador geral da área que falou sobre a proposta para 2022 e, assim, depois colocar em votação. O Senhor Breno Araújo ratificou a fala do Diretor Raimundo e disse que o FDNE tem como foco projetos de infraestrutura e também projetos de agronegócios e que será também colocado para o próximo ano. é o que está em vigor desde 2020 e que seriam passíveis de serem financiados, pelo Fundo, projetos de infraestrutura, agropecuários, industriais e também alguns serviços de hotelaria, turismo, saúde e educação. Complementou que as diretrizes estariam também associadas aos projetos do Plano Regional de Desenvolvimento regional - PRDNE e que eles poderiam ser financiados pelo fundo, caso fossem feitos e realizados por empresas privadas, PPPs e consórcios. Informou que teriam para o próximo ano um orçamento de R\$770 milhões de reais. O Diretor Raimundo complementou que na área de saúde, com a pandemia o Conselho Deliberativo, por meio do colegiado, fez a inclusão nos recursos do FNE, o FNE Saúde, como também do FDNE. Levantou o questionamento: “saúde por que?” Explicou que por causa da necessidade da iniciativa privada de melhorar o seu parque tecnológico e exemplificou: “a pessoa quer adquirir um tomógrafo, uma ressonância magnética, quer, aprimorar essa área da saúde que anteriormente não era contemplada.” O Presidente Daniel Ferreira agradeceu e passou a palavra ao Deputado Júlio Cesar que se dirigiu ao Senhor Raimundo dizendo que queria uma explicação do porquê da redução substancial do recurso do FDNE quando no passado chegou a mais de R\$3,0 bilhões de reais e agora, neste conluio de 700, 600. Disse que queria uma explicação sobre a redução desse recurso. O Senhor Raimundo explicou que era importante a sua participação e que, como coordenador da bancada do Nordeste, estava nas mãos dele e dos demais companheiros senadores e deputados federais. Disse que como coordenador da bancada do Nordeste e com toda essa capilaridade da bancada pode rever esse montante, pois já recebem da área econômica junto com o Ministério da Economia. Mencionou que, também, foram surpreendidos com a redução e que a SUDENE não consegue rever isso, mas que ele e o ex deputado Roberto Pessoa podem ajudar nesse sentido. O General solicitou a colaboração de todos para que possam ampliar, fortalecer esse Fundo e ao mesmo tempo estimular, não somente os fundos como também as emendas. Complementou que a SUDENE está em condições de, cumprindo o seu papel de planejadora, receber os imputes e tentar transformá-los em projetos a serem executados com maior capilaridade e de forma mais interiorizada possível. O Vice-Governador, João Leão, dirigindo-se ao General e ao Diretor Raimundo Gomes, disse que eles estavam com a pessoa certa para revigorar o orçamento. O Deputado Júlio Cesar agradeceu ao Vice-Governador e disse que foram na CNA e que queria uma explicação do Banco do Nordeste que, em 2019 disponibilizou R\$27.7 bilhões e, depois, nos anos subsequentes, 23, 24 e agora 26 bilhões. Explicou que há anos atrás o FNE era disponibilizado para investimento nas diversas atividades e agora, quatro anos depois, foi reduzido. O Presidente, Daniel Ferreira, disse que só queria pedir para o BNB diferenciar, pois naquele momento estavam tratando da programação do Fundo do Desenvolvimento e não dos fundos constitucionais. O BNB disse que, como é sabido, trabalha com orçamento e o orçamento do FNE vem da arrecadação de IPI e do Imposto de Renda e, portanto, o dinamismo da economia também se reveste nessa arrecadação. Explicou que teve a pandemia e que a economia se mostra, agora, voltando a alguns patamares de antes da pandemia e, além disso, tem, também, como fonte do orçamento os reembolsos das operações, ou seja, o reembolso do que foi emprestado. Disse que, em razão da pandemia, tiveram que fazer também alguma elasticidade nesse reembolso e que algumas prestações à frente, nos exercícios seguintes, o orçamento ficou um

pouco abaixo em relação aos anos anteriores. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu a participação e disse que estava colocando a matéria em regime de votação. Falou que quanto à Proposição nº 149, caso todos estivessem de acordo permanecessem em silêncio. Disse: “Aprovada”. A Vice-Governadora Jaqueline Moraes disse que queria uma justificativa de voto e colocou como proposta, dizendo que, já que a Proposição nº 149 foi aprovada e o orçamento de R\$776 milhões e os projetos que foram colocados são projetos também privados, como foi colocados, projetos de infraestrutura ou de setores passíveis de financiamento como pecuária, serviços de hotelaria, no caso, turismo, saúde e educação. Falou: “que essa questão, talvez alguém lá pudesse responder até melhor, talvez seja uma dúvida mesmo que eu tenha. Com relação à saúde, às vezes precisa fazer um financiamento de um tomógrafo, vocês têm alguma colocação somente para os privados também ou se no caso da filantropia tem acesso também? Se tiver localizado nessas áreas cobertas aqui pela SUDENE.” O Diretor Raimundo, da Sudene, respondeu que são financiamentos com reembolsos que são concedidos somente para as empresas privadas. A Vice-Governadora, Jaqueline Moraes perguntou se no caso da saúde, a filantropia não entraria e se a SUDENE faria algum tipo de financiamento nesse caso. O Diretor Raimundo respondeu que não entraria. A Vice-Governadora Jaqueline Moraes agradeceu e em seguida o Vice-Governador Joao Leão disse que pode ser feito financiado pelo Banco do Nordeste desde que a instituição tenha todas as certidões e esteja tudo normal. Informou que já fizeram diversas vezes. O Diretor Raimundo falou que realmente na pactuação feita com o Banco do Nordeste para a inclusão do FNE saúde, as Santas Casas passam também a ter essa janela junto às instituições financeiras. Complementou que é no próprio Orçamento da União que foi ampliada toda essa pactuação com as Santas Casas. Mencionou o nome do deputado Júlio César dizendo que ele sabe perfeitamente disso. Finalizou sua explicação dizendo que, via BNB, via FNE, essa linha filantrópica tem acesso aos recursos do FNE Saúde e que no FDNE é que não está normatizado. O Vice-Governador João Leão disse que em próxima reunião do CONDEL essa questão deverá ser normatizada. A Vice-Governadora Jaqueline Moraes sugeriu que se normatizasse para que se desse mais capilaridade do recurso nas regiões em que a saúde é gerida por filantropia. O General Araújo Lima registrou que estavam vivenciando problema semelhante ao ocorrido no pré CONDEL que foi a “confusão entre os fundos FNE e o FDNE”. Explicou que eles têm regras e orientações específicas e que não podem ser modificadas. Ratificou a fala do Diretor Raimundo falando que, no caso da filantropia, as Santas Casas foram contempladas, mas que isso não poderia acontecer no FDNE. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu a todos e disse que já que está tudo esclarecido, a Proposição n.º 149 foi aprovada. Passou para o item 7 da ordem na pauta do dia. O General Araújo Lima disse que o item 7 é a aprovação da Proposição n.º 150 de 2021 que trata da aprovação de alterações na programação de aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE, para o exercício de 2021. Passou a palavra ao Diretor Raimundo que disse que esse é o item da sequência ao que foi debatido do FNE e que iria passar ao Breno Araújo que explicou que “no fim de 2020 foram aprovadas essas aplicações de recursos do FNE para esse ano e que naquele momento com o orçamento de R\$24.1 bilhões e que, agora, no mês de setembro é que o BNB encaminhou para a SUDENE as propostas de alteração da programação”. Explicou que o Banco faz isso de acordo com a carteira que ele tem, de propostas de análises. E que, agora, está sendo proposta também essa questão da manutenção do orçamento dessa forma: “em R\$24.1 bilhões, mas uma redução dos recursos destinados aos menores portes e esse aumento também do valor para que entra infraestrutura que seria de mais R\$1.1 bilhão com consequente redução em outros setores e também na parte de aplicação por alguns estados. Assim, a análise foi feita pela SUDENE junto com o MDR e que faz a recomendação e a promoção das propostas encaminhadas pelo Banco do Nordeste.” O Presidente Daniel Ferreira agradeceu e colocou em votação a Proposição n.º 150, item 7, que trata da reprogramação dos recursos do FNE para 2021. Pediu que se todos estivessem de acordo que permanecessem em silêncio. Disse que estava aprovada a proposição e passou para o item oito. O General Araújo Lima falou que a Proposição n.º 151 de 2021 trata da revisão da delimitação do Semiárido brasileiro segundo critérios técnicos e científicos definidos em relatório pela SUDENE. Disse: “Relação de municípios habilitados na revisão de 2021 e regra de transição para municípios excluídos.” Passou a palavra ao Diretor Raimundo para que ele fizesse uma breve exposição sobre os critérios técnicos e o resultado do estudo que foi realizado. Lembrou que o trabalho já vem sendo realizado há muitos anos e que isso não é um trabalho apresentado somente nesse momento e que ele tem reflexos importantes para as prioridades de, inclusive de destinação de recursos e muitos outros benefícios para aqueles municípios que estiverem inseridos no contexto. O Diretor Raimundo disse que na reunião do Comitê Técnico houve um grande debate e que a SUDENE tem essa missão de

redefinir a área de atuação da SUDENE com os municípios do Semiárido. Falou “É claro que há inclusões de municípios como também há exclusão de alguns municípios dentro dessa formatação. Em 2010 foi feita a última delimitação oficial da questão do Semiárido e depois em 2017 houve o acréscimo de alguns municípios sem se ter uma normatização dos itens, o que é que é considerável incluir no Semiárido. É só a questão do estudo geométrico? É só a aridez do solo? Quais são os indicadores que efetivamente caracteriza o município ser do Semiárido ou o município não ser do Semiárido.” Disse que iria passar a palavra ao Coordenador, Marcos Falcão, para apresentar o resultado do diálogo mantido durante quase um ano com 11 instituições e que isso não foi somente os técnicos da SUDENE que coordenaram e sim, foram 11 instituições, entre elas “a Ana, a Codevasf, Denocs, IBGE, quer dizer, Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério da Agricultura que sentaram em videoconferência e definiram esses critérios. Explicou que vão ter efetivamente essa normatização, essa oficialização que tem que ser submetida ao CONDEL para fazer esse redesenho da área de atuação da SUDENE em relação aos municípios do Semiárido. Passou então a palavra ao Coordenador, Marcos Falcão, que cumprimentou a todos e disse que iria apresentar o Relatório técnico realizado ao longo do último ano para tratar da nova delimitação do Semiárido. Falou que como bem mencionou o Diretor Raimundo, participaram da empreitada onze instituições e não apenas a SUDENE, mas também as instâncias de saneamento básico, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação, por meio da ANA, o INPE, o INMET, MDR, Ministério do Meio Ambiente, DNOCS, CODEVASF, IBAMA, BNB, MCTI, IBGE. Agradeceu a participação de todas essas instituições e, também, ao levantamento dos dados especialmente do INPE e do INMET e do processamento dessas informações por parte da equipe técnica da ANA. Explicou que para essa delimitação atual foram utilizados três critérios internacionalmente reconhecidos para caracterização de Semiárido e foram os mesmos utilizados na delimitação passada. Disse: “Então, que o índice de aridez fosse igual ou inferior a 0,50, que a precipitação pluviométrica anual fosse igual ou inferior a 800 milímetros e que o déficit hídrico diário seja igual ou superior a 60% considerando todos os dias do ano, e considerando aqui o período dos últimos 30 anos, a média dos últimos 30 anos, considerando janeiro de 1991 até dezembro de 2020.” Ressaltou que bastava que o município, em qualquer uma de suas estações meteorológicas apresente qualquer um dos critérios e todo o município já seria considerado município pertencente ao Semiárido da área de atuação. Falou que 1427 municípios apresentaram essas características e que são os municípios que ele projetava no mapa com a cor marrom. Disse que em verde são os municípios que já participavam do Semiárido desde a delimitação de 2017 e que, em 2017, tinham 1262 municípios e que agora, com essa proposta, o Semiárido passaria para 1427 municípios de um total de 2074 que são aqueles municípios pertencentes à área de atuação da Superintendência. Exemplificou: “Ou seja, quase 70% dos municípios na nossa área de atuação por esta proposta aqui, fazem parte da região do Semiárido o que representa 72% da área, 50% da população e 39% do produto interno bruto de toda a área de atuação da Superintendência.” Disse que tinham listados os municípios que estão sendo incluídos no Semiárido e que são 215 municípios. Mencionou que tinha observado que no período de estiagem, a partir do ano de 2010, provocou forte impacto e por isso houve o acréscimo de aproximadamente 215 municípios. Informou que toda a relação está no site da SUDENE, onde tem a convocação para a reunião do Conselho Deliberativo tem, também, os 50 municípios que, pelas propostas, estariam sendo retirados da região do Semiárido. Disse que eram os municípios apresentados na cor vermelha que são municípios já na área de transição de uma região não semiárida para semiárida e que estão muito mais voltados para a área do litoral. Resumiu dizendo que tinham 1262 municípios pertencentes à delimitação passada e que na atual proposta são inseridos mais 215 municípios, excluídos 50 municípios da delimitação anterior, ficando o Semiárido com 1427 municípios. Explicou que o mesmo quadro já está disponibilizado desde a convocação para a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE e, como propostas de encaminhamentos, tem-se que a próxima delimitação ocorra daqui a dez anos, em 2031, mas que paralelo a isso se busquem outros métodos, se for o caso, que surjam outros critérios que possam surgir nesses próximos dez anos também para aperfeiçoar. Complementou que, além disso, da mesma forma que já agora em 2021 foram utilizadas algumas técnicas de sensoriamento remoto para comprovação dos municípios pertencentes ao Semiárido, técnica que se mostrou bastante viável para análise dos dados, que a partir de 2022 esse sensoriamento remoto possa ser utilizado como uma forma de monitorar o Semiárido e esses municípios que fazem parte dessa delimitação. O Diretor Raimundo disse aos conselheiros que os municípios que estão na lâmina são municípios, através dos seus estados, que passam a ser incluídos dentro desse novo critério e que a SUDENE observa um quantitativo de Minas Gerais, em virtude desse acréscimo, que o Congresso Nacional aprovou cerca de 80 municípios na área

de atuação da SUDENE e que foi observado o aumento em Pernambuco, Piauí e Bahia e que esse era o novo mapa proposto. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu e colocou em discussão dizendo que gostaria de ouvir a todos, sobretudo os Governadores dos estados que tiveram municípios excluídos pela proposta. O General Araújo Lima falou que acreditava que o Rio Grande do Norte era um deles que gostaria de falar. O Vice-Governador Antenor disse que gostaria e iniciou sua fala dizendo ao General que a respeito do conceito das instituições consultadas, gostaria de registrar a falta do diálogo com as secretarias do estado. Falou que, pelo menos no caso do Rio Grande do Norte, eles não tiveram acesso a essa oportunidade de entender a exclusão dos municípios, até pelas características do Rio Grande do Norte que é um dos estados com maior cobertura do Semiárido. Explicou que têm mais de 90% do seu território e que, sobretudo, agora no período rigoroso de estiagem, 10 anos é muito tempo a depender do comportamento da estiagem. Falou que queria ponderar sobre uma consulta mais técnica com os seus órgãos de governo, pois têm três secretarias especializadas que lidam com esse tema, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Agricultura Familiar, e que pode ser que tenha territorialidade esses municípios que estão sendo excluídos. Finalizou dizendo que a ponderação que faz é para arremeter a uma próxima reunião, para que haja pelo menos uma consulta já que prevaleceram as instituições federais, mas que reconhece os méritos dessas instituições. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu e perguntou se mais alguém gostaria de falar. Perguntou ao General se todos os representantes dos estados estavam presentes para poder ouvi-los. O General disse que não e que alguns estados sequer tinha algum representante ou vice-governador na reunião técnica, e falou a todos os presentes que embora a discussão não tenha sido realizada com os estados, o CONDEL é o fórum exatamente para que seja apresentado o aspecto técnico e caso ele não seja muito bem aceito ou aceito em parte, é o local apropriado para que se faça a discussão. Disse que, se por ventura, durante os trabalhos técnicos forem ouvidos governo a governo, haverá uma tendência de que o trabalho técnico fique prejudicado, pois, dificilmente, um estado que tenha algum de seus municípios excluídos, levará a bom termo os aspectos técnicos a serem conduzidos. Lembrou que é sabido que há uma perda sensível quando se tem um município que sai da região do Semiárido, mas enfatizou que o município excluído não entrou por questões técnicas. Finalizou sua fala lembrando que não há impedimento para se discutir no CONDEL essa legislação e possibilitar a discussão sobre os aspectos técnicos. Passou a palavra ao Vice-Governador da Bahia, João Leão, que disse ser uma questão lógica, pois o Semiárido está situado onde se chove menos de 800 milímetros por ano e, caso a localidade tenha chuvas superiores a 800 milímetros, deixa de ser Semiárido. Disse que não seria justo que Cristópolis, Barreiras, Rio Formosa, Rio Preto, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia, não participassem dessas questões da SUDENE, pois estavam dentro da área do Semiárido. Mencionou que o seu voto era favorável. O Presidente Daniel Ferreira perguntou se o Governador de Sergipe estava presente. O General Araújo Lima disse que o Governador, apesar de ter confirmado a sua participação, não estava presente. O Presidente Daniel Ferreira relembrou que o MDR recebeu alguns questionamentos a respeito desse assunto também e pediu que, caso ninguém mais queira fazer alguma consideração, sugeriria que se fizesse um encaminhamento alternativo diferente ao invés de, simplesmente, aprovar a proposição na forma como ela se encontra. Falou que gostaria de propor que até aprovasse a inclusão dos municípios, mas que facultasse e fixasse um prazo para os governos dos estados que porventura tiveram exclusão de algum município, para que eles apresentassem argumentos técnicos que fossem contrários à matéria, pois o MDR teria um tempo para analisar tecnicamente e depois trazer a matéria para o CONDEL na próxima reunião. Disse que essa sugestão era em virtude da ausência da representação dos municípios. O Diretor Raimundo falou que quando do debate ficou estabelecido um prazo de 60 dias para que o estado que participou da deliberação pudessem apresentar o recurso e que, no caso específico do Rio Grande do Norte, que teve a manifestação registrada aqui nos anais da casa. Lembrou que no pré-CONDEL, reunião do Comitê Técnico, o estado de Sergipe, também, manifestou a sua preocupação e solicitou uma nova análise. Continuou a sua fala: "Infelizmente Sergipe não está presente no dia de hoje. Então eu acho que ele perdeu essa prerrogativa de apresentar as suas considerações. Então, pelo que em sendo deliberado, praticamente somente o estado do Rio Grande do Norte teria dentro do que está pactuado, do que está na resolução, teria esse espaço de apresentar uma contra proposta, de apresentar alguns outros indicadores reafirmando que esses indicadores como disse o Vice-Governador João Leão, o número um é a questão do índice pluviométrico, mas nós não nos fixamos somente a isso. Nós nos fixamos a outros indicadores para poder abrir um leque mais de diálogo em termos de definição aqui por parte do colegiado aqui da SUDENE, inclusive na época era o doutor Evaldo, aqui na nossa presença, doutor Luís do nosso

administrativo aqui presente, o doutor Sérgio aqui de fundos e também agora por último, com a vinda do general também foi feito todo esse debate, essa pactuação. Então nesse caso, o estado do Rio Grande do Norte teria esse espaço para apresentar essa proposta de revisão durante esses próximos 60 dias. É isso que eu estou compreendendo nessa lógica apresentado pelo secretário.” O Vice-Governador, João Leão, dirigindo-se ao Diretor Raimundo falou que tinha uma coisa interessante é que estavam cortando os recursos do BNB, recursos que podiam ser aplicados nesses municípios e que a atuação da SUDENE é fixada pela lei, na região do Semiárido. O Diretor Raimundo confirmou e disse que a área de atuação da SUDENE passa a ser de 2074 municípios e que, especificamente, o recurso do FNE é que tem a priorização dos 1427 que integram o Semiárido. O General Araújo Lima abriu a palavra ao Secretário Gilmar Martins que iniciou a sua fala dizendo que sabia que não tinha direito a voto, mas queria solicitar que a Paraíba também pudesse ter a faculdade de apresentar recurso no prazo de 60 dias como foi ofertado ao estado do Rio Grande do Norte. O General Araújo Lima disse que gostaria de esclarecer que não estão ofertando nada ao Rio Grande do Norte e que é a legislação que estabelece a prerrogativa, o direito que têm todos os estados de recorrerem em 60 dias. Falou que ficassem à vontade para entrar com o recurso que achassem que deveriam entrar, sendo que a sugestão é que fosse o mais breve possível e muito tecnicamente fundamentada. Explicou que não há qualquer interesse da SUDENE em retirada de municípios e que estão, apenas, seguindo os critérios. Lembrou a todos que o fato de estarmos, nesse dia, com algum município em calamidade não necessariamente significa dizer que esse município está contemplado com a situação de Semiárido, pois houve um período longo de análise, onde houve uma prevalência daquelas condições de pluviosidade para aqueles municípios. Finalizou sua fala, dizendo que isso não é uma questão atual e que, se assim fosse, nós estaríamos com o sul da Bahia todo hoje no Semiárido porque estão vivendo uma calamidade, mas que daqui a alguns meses ou até alguns anos, ela poderá inclusive não ter mais. Passou a palavra ao Senhor Antenor Roberto que explicou que o que falou com o Secretário e que lhe pareceu adequado, foi que, sempre que forem incluídos ou a aprovar, apesar de ser um rito processual, que fosse aberto esse diálogo para que as equipes dos estados pudessem dialogar com as equipes técnicas a partir da metodologia utilizada. Falou que, já que é um direito, como mencionado, que fosse aberto o diálogo para um discurso mais científico da própria metodologia utilizada para chegar às conclusões da exclusão sem prejuízo do recurso dentro dos 60 dias. O Senhor Alexandre Rabelo, Secretário representando Pernambuco, disse que, como o companheiro da Paraíba, não tem direito a voto, mas queria fazer uma fala no sentido do que o fez o Vice-Governador do Rio Grande do Norte, pois a proposição estabelece 60 dias para se fazer uma discussão sobre a exclusão e inclusão dos municípios e que é considerada a regra técnica aprovada na Resolução. Disse que, nesse sentido, de se posicionar a favor da sugestão do senhor Daniel Ferreira do MDR de não se aprovar a resolução e sim se ter um prazo de discussão da resolução. Complementou afirmando que da forma como a resolução está colocada, se aprovada, terão 60 dias de prazo para discutir a inclusão ou exclusão dos municípios e se tiver alguma questão técnica específica do município que será discutida. Disse que era nesse sentido que queria reforçar com o senhor Daniel, Presidente do CONDEL, para que tivessem algum prazo para discussão. O Presidente Daniel Ferreira disse que, ratificando a fala do General, os critérios estão sempre abertos a revisão e que não será, pelo que entendeu, só em 2031, pois podem alterar antes. Disse que, na visão do Ministério do Desenvolvimento Regional, a redação que está colocada no artigo 2º, que é onde trata do recurso, não atende ao que os governos estão colocando e não mitiga as nossas preocupações aqui do ministério. Falou que, sendo assim, tinha duas propostas de encaminhamento: “Uma é a gente apresentar uma emenda substitutiva que eu tenho escrita aqui agora, eu posso ler. Eu acho que eu vou fazer isso primeiro, aqui da parte do MDR eu queria propor um substitutivo para a resolução. E o que me incomoda aqui, principalmente, é que da forma como está colocada, caso a SUDENE analise o recurso e entenda que ele não é pertinente, fica automaticamente deliberado pela exclusão do município. E que queria que isso, no mínimo, voltasse aqui ao CONDEL para o Colegiado se manifestar a respeito da matéria. Então assim, a minha primeira proposta seria incluir o parágrafo 4º e 5º do artigo 2º, eu posso depois encaminhar aqui o texto para vocês, eu não consigo projetar a tela porque está no meu celular, mas o parágrafo quarto seria.” O General Araújo Lima disse que tinha como projetar a proposta. O Presidente Daniel Ferreira mencionou que Verônica havia enviado substitutivo proposto pelo MDR. O General Araújo Lima disse que teria como projetar a proposta do MDR que foi, inclusive, debatida anteriormente na medida em que o MDR apresentou como esse substitutivo para que a SUDENE apreciasse. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu e explicou que o artigo 2º é o que trata do recurso e que o que estavam propondo era incluir o parágrafo 4º e 5º, falou: “onde o 4º diz,

concluídos os trabalhos de que trata o parágrafo 2º o relatório técnico consolidando as contribuições recebidas deverá ser submetido ao CONDEL da SUDENE para apreciação. E que até a deliberação pelo CONDEL da SUDENE de que trata o parágrafo 4º, permanecem como integrantes da delimitação da região semiárida brasileira os 50 municípios excluídos na nossa delimitação proposta pelo relatório técnico que apresenta os resultados da revisão da delimitação do Semiárido 2021.” Disse que os 50 municípios não serão excluídos, até que o CONDEL delibere sobre a matéria e que o MDR entende que assim fica um procedimento mais transparente porque os estados vão se manifestar formalmente, de acordo com o prazo fixado, e as respostas vão ser avaliadas pelo Colegiado. Colocou que queria ouvir sobre a proposta substitutiva. O General Araújo Lima dirigindo-se ao Presidente, disse que queria apenas sugerir que, por enquanto, tratassem apenas dos municípios que entraram com as considerações e no próximo CONDEL, ou entre um CONDEL e outro, ouvir os demais municípios que estão também perdendo, pois só podem ter, dentre esses 50 municípios, estados, por exemplo, que concordam com a Proposição. Parabenizou o Estado da Bahia e disse que tem certeza que, como proponente do estudo do Semiárido, eles entendem perfeitamente o porquê de se tirar um determinado município que pode estar consumindo recursos de outro que sequer consegue acesso à água potável. Falou que são conhecedores de algumas regiões do interior do Nordeste onde alguns municípios apresentam as mesmas características que a capital do Estado e que o que advogam é que, ao invés de tirarem todos os 50 municípios esperarem as proposições de alguns municípios ou do governo do estado daqueles municípios que não concordam com a proposta. Falou que era a observação que gostaria de fazer. O Presidente Daniel Ferreira ratificou as palavras do General dizendo ser exatamente o teor da proposta, que aqueles que não concordarem vão ter um prazo para se manifestarem. O General Araújo Lima concordou com o Presidente e disse ser esse o seu posicionamento e que já têm três situações: “no caso nós já temos três situações aqui, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.” O Presidente Daniel Ferreira disse que estava colocando a Proposição número 151 como substitutiva, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e que, em sendo aprovado com o substitutivo, que todos os governos que tem acento no CONDEL sejam comunicados formalmente a respeito dessa decisão para que não haja nenhum tipo de alegação de desconhecimento na próxima reunião. Sugeriu que todos recebam um ofício com a Resolução publicada e informando que o prazo está imediatamente aberto para manifestação. O General Araújo Lima disse que estavam abrindo um canal de discussão, de conversa com os municípios para aqueles que queiram conversar com a SUDENE e apresentar as suas contribuições. Falou que o canal estava aberto a todos. O Presidente Daniel Ferreira disse que iria colocar em regime de votação a Resolução n.º 151 como substitutivo apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Pediu que se todos estivessem de acordo permanecessem em silêncio. Falou que estava aprovado o item oito, com o substitutivo. O General Araújo Lima disse que os itens nove, dez e onze são proposições absolutamente burocráticas, técnicas e que já foram também exaustivamente discutidas. Explicou que quando do comitê técnico não foi apresentada nenhuma contraproposta, nenhuma observação acerca do texto e que os detalhamentos das proposições, também, foram colocados com antecedência e queria sugerir ao Presidente que votassem os itens em bloco os itens 9, 10 e 11, que são as proposições n.º 152 de 2021, 153 de 2021 e 154 de 2021. Pediu que o Senhor Rafael fizesse a leitura de cada um dos itens. O Senhor Rafael cumprimentou a todos que primeiro gostaria de ressaltar que todas as três proposições se referem ao atendimento ao Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019 e que são ações de consolidação e revisão de atos normativos anteriores a decretos. Disse que é uma medida que visa à simplificação administrativa e que visa dar mais eficiência à normatização que é disciplinada, aprovada, por todos os órgãos da administração pública federal. Falou que a Proposição n.º 152 consolida em um texto único todas as resoluções que já foram aprovadas no Conselho que são relacionados ao Regimento Interno do CONDEL /SUDENE e que como fruto dessa proposição têm a revogação das Resoluções CONDEL n.º 1/2008, 88/2015 e 121/2018 que dão origem a uma Resolução única que teve também manifestação favorável da Procuradoria Federal da SUDENE junto ao Conselho. Prosseguiu explicando que o item 10 trata da mesma forma: “a revogação de 11 resoluções que perderam a sua eficácia ao longo do tempo, dando origem a uma resolução única que apenas as revogam. São assuntos que perderam a sua eficácia, todas as áreas as quais os temas faziam referência se pronunciaram pela sua revogação e tendo parecer favorável da nossa Procuradoria Federal junto a SUDENE que também assessora ao conselho deliberativo”. Continuou que, por fim, a última proposição, era a de n.º 154 que revisa e consolida um regulamento de procedimentos operacionais, contrapartidas de estados e municípios e participação dos recursos do FDNE em projetos. Falou que, no caso dessa consolidação normativa, estão sendo revogadas

as 05 resoluções e dando origem a um texto único com as adequações da legislação vigente. Ressaltou não há nenhuma alteração de mérito e que é apenas uma consolidação, uma simplificação administrativa em atendimento ao Decreto n.º 10139 como fora previamente discutido no Comitê Técnico do CONDEL e encaminhado a todos os conselheiros quando do envio do convite. O Presidente, Daniel Ferreira, agradeceu e disse que colocaria em discussão os itens 9, 10 e 11, proposições números 152, 153 e 154 e que faria a votação em bloco. Pediu que caso alguém tivesse alguma oposição se manifestasse naquele momento. Concluiu dizendo que foram aprovadas as proposições e que seguiriam para a última proposição da ordem do dia, o item 12, Proposição n.º 156. O General Araújo Lima agradeceu ao Secretário Executivo e Presidente do CONDEL, Daniel e explicou que a aprovação da Proposição n.º 156, de 2022 é a que retifica a Proposição n.º 155, de 2021, que trata da determinação para que o BNB, na condição de banco administrador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, adote medidas operacionais e administrativas voltadas ao aprimoramento da gestão do FNE e da execução de sua programação financeira. Passou a palavra ao Diretor de Planejamento, Raimundo, que disse que a proposta visa, efetivamente, consolidar o que foi debatido também anteriormente e que iria passar a palavra ao coordenador geral, Breno Araújo, para fazer a complementação. O Senhor Breno iniciou dizendo que o que estão discutindo veio do MDR e que tiveram reunião com o Banco do Nordeste, CGU e outros órgãos de controle. Destacou que ficou proposto de o Banco do Nordeste fazer um plano de ação com medidas voltadas para que sejam destinados mais recursos para esses empreendedores de menor porte que ficam localizados em regiões de baixa renda, e que o Banco do Nordeste faça mais ações de divulgação da sua linha de crédito com o FNE e que preste também esse assessoramento e essa assistência técnica também aos tomadores de recursos do FNE. Falou que a SUDENE fez uma análise e que todas essas medidas estão de acordo com os fins do FNE e com seu público alvo prioritário e que, a partir dessas aprovações, o Banco do Nordeste teria um prazo de 6 meses para fazer esse Plano de Ação e que isso seria também acompanhado pelo MDR e pela Superintendência. O Diretor Raimundo ressaltou que: “a proposta apresentada pelo ministério, vale ressaltar, que vai ao encontro do que nós aprovamos aqui que foi justamente em setembro, o então Superintendente senhor Evaldo Cruz Neto recebeu o Banco do Nordeste para fazer o remanejamento dos recursos para pequeno porte, da estrutura de cerca de R\$1 milhão de reais. Então, quer dizer, precisa aumentar essa capilaridade porque R\$1 milhão de reais é importante, mas, é mais importante que esse R\$1 milhão de reais chegue mais na ponta do micro empreendedor”. O General Araújo Lima disse que, antes de passar para o encerramento pelo Presidente, gostaria de apenas destacar a intenção da SUDENE de fortalecer cada vez mais o seu papel de planejador buscando ferramentas, não somente de melhoria da tomada de decisão por meio de estudos técnicos, mapeamento das regiões que apresentam uma maior carência, assim como por meio de sistemas, mecanismos de acompanhamento dos projetos que estão em andamento e que estão sendo desenvolvidos. Falou que “a SUDENE estará *pari passu* com o BNB fazendo esse trabalho de busca da interiorização e da capilaridade lá na ponta da linha para evitar que amanhã ou depois sejamos questionados a respeito de projetos existentes, projetos importantes e que deixamos sem uma apreciação, sem um zoom, sem aquela observação mais apurada e muitas vezes, até em detrimento de um financiamento de algo de maior porte que a gente sabe que é também importante, entretanto não permite que a SUDENE cumpra a missão primordial que é de reduzir ainda mais os desníveis sociais”. Fez uma pausa para o pedido do Rio Grande do Norte, Antenor Roberto, para fazer um adendo que disse que concordava com a relatoria feita, mas que o Secretário do seu Estado ficou em dúvida em relação a uma resolução técnica, em uma matéria que foi processada e diz respeito à diversidade das instituições financeiras. O senhor Ademir disse que era a questão do artigo 3º que foi excluído nessa nova. O General falou: “na realidade Ademir, a proposta foi feita e após a discussão realizada no Comitê Técnico, chegou-se à conclusão de que ela não merecia prosperar. E aí por isso, voltou-se atrás. Quem fez a proposta, quem fez a proposição retirou a proposição.” O senhor Ademir disse que foi exatamente o artigo 3º que foi discutido antes. O General Araújo Lima disse ao Presidente que achava que haviam concluído o item doze, a Proposição n.º 156. O Presidente, Daniel Ferreira, colocou em votação e disse que não havendo manifestações em contrário consideraria como aprovado o último item da ordem do dia. O General Araújo Lima disse que queria, apenas, colocar-se à disposição para que todos os órgãos que fazem parte do CONDEL, se desejarem entrar em contato com a SUDENE para aprofundar ou tirar dúvidas, a Instituição está absolutamente à disposição e que é esse o nosso papel de Secretaria-Executiva do CONDEL. Passou a palavra ao Vice-Governador, João Leão, que disse que gostaria de fazer dois elogios. “Um ao Banco do Nordeste e outro a SUDENE. Quero mandar meu abraço ao Evaldo Neto que foi um

superintendente da SUDENE excepcional que era só ligar que ele ia pra Bahia. brincou. E assim com todos os estados que a SUDENE participava. Dar o meu abraço também a Raimundo Gomes de Matos, essa figura maravilhosa que eu tive a honra de aprender muito com ele na Câmara Federal, uma grande figura humana. Então, Evaldo Neto e Raimundo de Gomes fizeram um trabalho excepcional aí nesse tema, nesse pouco tempo aí que estavam à frente. E segundo, ao Banco do Nordeste pelo bom trabalho que vem fazendo aqui na Bahia, em momentos muito difíceis de pandemia, a economia em declínio, as coisas difíceis, mas que realmente o Banco do Nordeste tem sido um parceiro do estado da Bahia, incentivando o pequeno, o micro e o médio produtor.” Finalizou dizendo que o Brasil precisa de todos eles e que, cada qual deve cumprir a sua obrigação. Parabenizou a todos os diretores da SUDENE, o Secretário Executivo do Ministério e o Ministro da pasta. O General Araújo Lima passou a palavra ao Vice-Governador Antenor Roberto que parabenizou a todos pela condução da reunião e disse que se solidarizava com o povo baiano. O General Araújo Lima pediu ao Secretário um momento, pois era pra ter feito um registro, como sempre faz em todas as reuniões, pra registrar a forma ética e cavalheiresca que o senhor Evaldo o recebeu na SUDENE. Disse que foi uma transição que não é comum na área pública e que foi apresentado a todos e que, o que é normalmente classificado como esqueleto, na realidade da SUDENE não é esqueleto e sim virtudes e vitórias da SUDENE. Falou que isso lhe facilitou bastante a chegada aqui na SUDENE e que não podia deixar de, nesse encerramento, fazer esse registro ao senhor Evaldo. O Vice-Governador João Leão pediu uma salva de palmas para o senhor Evaldo. O General Araújo Lima devolveu a palavra ao Presidente e disse que estava encerrando a sua participação. O Presidente Daniel Ferreira agradeceu ao General e disse que também precisava se desculpar pela indelicadeza de não ter lhe dado às boas-vindas ao CONDEL. Disse que já estavam se falando há dias que acabou esquecendo. Agradeceu também a participação do senhor Evaldo. O Presidente disse que sua fala seria rápida. Iniciou dizendo que foi mais um ano difícil em vários aspectos, em termos macro econômicos, por conta da situação que o País vive e isso reflete nos recursos orçamentários, o que faz com que todos que fazem política pública e executa orçamento tenham uma dificuldade maior. Explicou que o MDR, ano após ano, tem dificuldade com decréscimos de orçamentos e esse ano o sofrimento foi ainda maior, mas que, mesmo assim, muito foi feito. Falou que o Ministério do Desenvolvimento Regional está presente em 100% dos municípios do Brasil e que, quando olham toda a carteira contratada e, disse ser óbvio que tem alguns municípios que o MDR não conseguiu chegar com contratos novos nessa gestão em razão da escassez orçamentária que foi colocada, mas se forem olhadas as ações do Ministério como um todo, realmente, o MDR está com todos os Municípios do Brasil. Falou que fizeram um acréscimo e estão tentando unir os preceitos constitucionais de mitigação das desigualdades regionais com os antigos programas do Ministério das Cidades que tratavam da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Falou: “então, para o Norte e Nordeste do País estamos com as menores taxas da história de financiamento habitacional. São taxas diferenciadas, são as menores no Norte e Nordeste. A gente ampliou o subsídio para a aquisição da moradia própria em até 70% nesta Região, e isso faz muita diferença. Faz com que o beneficiário vá comprar uma casa e não precisa dar entrada. A gente que entrega em média 17 obras por dia com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, a gente aprovou um novo marco regulatório de saneamento e estamos tendo leilões. Hoje teve em Alagoas e foi mais um sucesso. São R\$3,0 bilhões de reais em investimento. Então a gente está trazendo, eu acho, mais simbólico ainda em um momento de escassez orçamentária a gente está levantando recursos privados para estarmos em um programa tão importante que é o saneamento.” Continuou informando que potencializaram a emissão de debêntures incentiváveis com isenção fiscal, tanto em saneamento quanto em mobilidade urbana e agora em iluminação. Falou que está em curso a primeira emissão para resíduos sólidos, que ainda não tinha acontecido e que estão mandando um novo Marco Hídrico para o Congresso Nacional. Continuou afirmando que “vão abrir a discussão sobre zonas de água e infraestrutura pública e que incitaram e deram ordem de serviço para o Arnaldo defender e que vai levar água para 54 municípios da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte e que, dessa forma, é uma obra de grande vulto e que é muito difícil fazer isso de Brasília e, mesmo com essa missão toda, o Ministro Rogério Marinho conseguiu enfrentar esse problema, pois é um dos últimos canais que falta para completar o eixo norte da transposição”. Finalizou informando que são muitas ações em um ano muito difícil e que acha que tem que agradecer a todos os parceiros, os entes públicos, setor privado, as Superintendências, SUDAM, SUDENE e SUDECO, que no próximo ano que está por vir, acha que não pode desejar outra coisa além de esperança e saúde para todos. Disse que da sua parte estava encerrada a reunião. O General Araújo Lima disse: agradeceu e enviou grande abraço a todos que participaram da reunião. O Presidente do CONDEL deu como

encerrada a reunião e solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada na próxima reunião, seria assinada por ele, Presidente do Colegiado e pelo Superintendente, General Carlos César Araújo Lima, Secretário Executivo do Conselho. As discussões e as apresentações proferidas estão gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional

Presidente do CONDEL

General Carlos César Araújo Lima

Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Secretário Executivo do Condel

Ata da 28a. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada por videoconferência em 13/12/2021.

Documento assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Anita Rozenblit de Vasconcelos, Assessor de Comunicação e Marketing Institucional**, em 23/03/2022, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0336495** e o código CRC **EEA07C5F**.